



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2010	16h45min	37ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 37ª
(TRIGÉSIMA SÉTIMA)
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
DE 7 DE DEZEMBRO DE 2010.**

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Há número regimental. Está aberta a sessão extraordinária para aprovação do último item aprovado na sessão ordinária e apreciação de toda a pauta restante.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Geraldo Naves a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Solicito ao Sr. Secretário que leia o primeiro item da sessão extraordinária.

Item nº 1:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.618, de 2010, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que “altera a Lei nº 4.092, de 30 de janeiro de 2008, que dispõe sobre o controle da poluição sonora e os limites máximos de intensidade da emissão de sons e ruídos resultantes de atividades urbanas e rurais no Distrito Federal”, em tramitação conjunta com o Projeto de Lei nº 1.700, de 2010, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que “acrescenta o inciso III ao art. 10 da Lei nº 4.092, de 30 de janeiro de 2008, que dispõe sobre o controle da poluição sonora e os limites máximos de intensidade da emissão de sons e ruídos resultantes de atividades urbanas e rurais no Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2010	16h45min	37 ^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	2

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados. Houve 10 ausências.

Esta Presidência dispensa o interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.618, de 2010, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que “altera a Lei nº 4.092, de 30 de janeiro de 2008, que dispõe sobre o controle da poluição sonora e os limites máximos de intensidade da emissão de sons e ruídos resultantes de atividades urbanas e rurais no Distrito Federal”, em tramitação conjunta com o Projeto de Lei nº 1.700, de 2010, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que “acrescenta o inciso III ao art. 10 da Lei nº 4.092, de 30 de janeiro de 2008, que dispõe sobre o controle da poluição sonora e os limites máximos de intensidade da emissão de sons e ruídos resultantes de atividades urbanas e rurais no Distrito Federal”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa para declaração de voto.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, prezados colegas, galeria, eu agradeço a todos os colegas, ao Deputado Cristiano Araújo – fizemos o projeto juntos –, a aprovação deste projeto. Realmente era impensável não termos os nossos sinos de igreja repicando, para falar das nossas missas, das nossas orações, da nossa temência a Deus. Então, espero que todos os cristãos hoje se sintam reconfortados por saber que nossos sinos vão tocar todas as manhãs, todas as tardes, todas as noites.

Parabéns a todos vocês que se mobilizaram, saíram do conforto e vieram hoje à Câmara Legislativa do Distrito Federal para assegurar o nosso direito de cristãos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo para declaração de voto.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, somente para dizer que esta Casa hoje dá o exemplo na questão dos sinos. Essa é uma angústia dos padres das igrejas católicas. Esta Casa



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2010	16h45min	37 ^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	3

hoje dá uma demonstração de que realmente faz coisas boas para todos os cristãos. Padre Givanildo, pode ir embora para casa com tranquilidade porque agora os sinos irão soar todos os dias, sem ninguém incomodar.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer para declaração de voto.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB). Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parabenizo o Deputado Cristiano Araújo, a Deputada Eliana Pedrosa, todos os nossos Pares aqui pela aprovação do projeto. Como eu disse, Padre Givanildo, naquele dia em que o senhor me chamou à igreja, efetivamente esta Casa não iria se furtar de devolver à igreja São Pedro de Alcântara o direito de tocar o seu sino.

Com muita fé em Deus e em Nossa Senhora, pedimos ao céu que continue nos abençoando.

Muito obrigado. Parabéns!

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT). Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço ao Deputado Cristiano Araújo, já que S.Exa. ficou tão sensibilizado com o projeto dos sinos, que traga o PR nº 82, da Coordenação de Modernização da Informática, para que possamos votar e fazer a normatização, a legalização da infraestrutura da tecnologia de informação desta Casa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, o projeto ainda não se encontra com parecer pronto. Assim que estiver, será encaminhado à Assessoria de Plenário para votação.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT). Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, então eu quero solicitar ao Deputado Cristiano Araújo que peça aos técnicos da CEOF, porque foi aprovado pela Mesa Diretora desta Casa, pelo gabinete da Mesa Diretora. Não muda em nada a infraestrutura da Coordenação de Modernização da Informática, e é importante que a gente normalize até o término desta legislatura, dia 15, quando se encerram os trabalhos.

Se estiver havendo alguma dificuldade na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, sugiro que peçam ajuda aos técnicos da CMI para ilustrar qualquer dificuldade, qualquer problema que estiver ocorrendo no momento.

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2010	16h45min	37 ^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	4

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, somente a título de informação, estamos em uma sessão extraordinária, e o Regimento da Casa determina claramente, pelo menos pelo que eu saiba, que em sessão extraordinária – V.Exa. convocou sessão extraordinária – devemos votar apenas as matérias que estiverem na pauta objeto da convocação. Não é isso?

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Eu transpus a pauta, Deputado Alírio Neto.

DEPUTADO ALÍRIO NETO – A pauta foi transposta totalmente?

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Sim, foi transposta.

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Então está claro, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito a presença do Deputado Benício Tavares, do Deputado Cristiano Araújo e do Deputado Rogério Ulysses para aprovarmos o projeto dos professores.

Item nº 2:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.638, de 2010, de autoria do Poder Executivo, que “altera o inciso III do art. 9º da Lei nº 4.266, de 11 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, e dá outras providências”.

A Presidência designa a Deputada Eliana Pedrosa para emitir parecer da Comissão de Educação e Saúde sobre a emenda aditiva, de segundo turno.

Na sua ausência, esta Presidência designa o Deputado Benedito Domingos para emitir parecer da Comissão de Educação e Saúde sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Benedito Domingos, que emita parecer da Comissão de Educação e Saúde sobre a matéria.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS (PP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Educação e Saúde à Emenda Aditiva nº 1, de segundo turno, ao Projeto de Lei nº 1.638, de 2010, de autoria do Poder Executivo, que “altera o inciso III do art. 9º da Lei nº 4.266, de 11 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, e dá outras providências”.

A referida emenda admite o seguinte dispositivo no projeto em referência: “Art... Ficam suspensos, até 30 de junho de 2011, os efeitos dos arts. 1º, 2º, 4º, 6º a 23, 29 e 30 da Lei nº 4.036, de 25 de outubro de 2007, aplicando-se, desde logo, aos casos pendentes”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2010	16h45min	37 ^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	5

Sr. Presidente, o projeto é assinado pelo número regimental e traz todos os critérios da nossa Lei Orgânica. Sendo assim, somos pelo acatamento da emenda apresentada.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito que V.Exa. faça a votação do parecer emitido pelo Deputado Benedito Domingos nominalmente, já fazendo a chamada dos Deputados, a fim de que fique claro para todos os professores que estão aqui quem é a favor ou contra a votação desse projeto. É muito fácil chegar ao microfone e fazer discursos inflamados e demagógicos, para receber aplausos de professores, mas quero saber na hora de votar aqui.

Então, é importante fazer a chamada nominal, para que saibamos quem é a favor e quem é contra os professores do Distrito Federal.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V.Exa. que conferisse o *quorum*. Chamada junto com votação, não. Primeiro, devemos conferir se há *quorum* para votação ou não.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado, o Regimento permite isso.

Em discussão o parecer da Comissão de Educação e Saúde

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acho que é extremamente legítimo. Aqui é uma Casa de Leis e há Parlamentares com posições políticas e ideológicas distintas, mas não podemos neste momento, por causa de uma disputa que querem perpetuar, do ponto de vista eleitoral, prejudicar a sociedade, que espera desta Casa a aprovação desse projeto de lei, que permite a 6.500 professores, que hoje exercem o chamado contrato temporário, participação na nova seleção.

Esta Casa não pode ser omissa nesse processo. Isso traz prejuízo para os nossos jovens, as nossas crianças e os nossos adultos, que precisam começar o ano que vem com uma qualidade de ensino, para terem o aprendizado garantido. Lamento que nós, em um processo que me parece político, adotemos posturas que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2010	16h45min	37 ^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	6

prejudiquem a educação pública nesta cidade. Até então, não havia divergência, Deputado Wilson Lima, com relação ao mérito do fim do interstício.

Há uma polêmica que temos de externar publicamente aqui, sem medo, inclusive, de debater frente a frente com os professores e com a sociedade, que é com relação à escolha de diretores. Parte dos diretores de escola poderá ser escolhida até 31 de dezembro deste ano, em um processo que não obedece à lei aprovada por esta Casa.

Vou citar exemplos do modelo de gestão democrática que está em curso e não obedece à lei por nós aprovada. Por exemplo, Deputado Rogério Ulysses, não foram realizadas as provas da meritocracia, conforme determina a lei. Abriu-se um processo e não se respeita a lei. Boa parte das escolas que queremos ver garantindo o processo democrático tem apenas um nome. Isso é gestão democrática? Isso é participação? Apenas um nome. Um nome. Porque todo o procedimento foi feito de forma a desrespeitar a lei. Falta, inclusive, a participação, na maioria delas, da própria comunidade escolar. Os estudantes e os pais não foram chamados a participar, conforme determina a lei, desse processo de gestão democrática, de gestão compartilhada, que sempre defendemos e vamos continuar defendendo.

Outra questão importante: acabamos de receber a informação – precisamos confirmá-la – de que, com esse conjunto de irregularidades, companheira Deputada Erika Kokay, Deputado Chico Leite, o Tribunal de Justiça acaba de suspender. Estamos propondo aqui que, por meio da emenda apresentada por vários Parlamentares, a gestão democrática, essa gestão compartilhada, essas novas indicações sejam adiadas até 31 de julho do ano vem, para que no início do ano se aprove aqui uma série de mudanças na lei atual, garantindo que a gestão democrática de fato aconteça nas escolas.

Deputado Reguffe, quero também dizer que alguns falaram: "Ah, mas as escolas não podem ficar sem diretor porque pode trazer prejuízo para matrículas." Não foi V.Exa., Deputado Reguffe, outros falaram. O que ocorre é que a atual lei aprovada diz que, se houver necessidade, por uma série de motivos, o Governador pode indicar o substituto do diretor até a nova escolha. Então, não há nenhum prejuízo para os estudantes. A lei aprovada por esta Casa ampara. Por isso, vamos manter a defesa da suspensão, até 31 de julho do ano que vem, com relação a esse item.

Aqueles que forem contrários — o que é democrático —, que venham ao plenário e votem contrariamente. O que não podemos é deixar que a educação pública simplesmente inicie o ano que vem sem 6.500 professores temporários. Muitos deles prestaram e prestam excelentes serviços para a educação pública da nossa cidade.

É isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2010	16h45min	37 ^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	7

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PRTB. Para discutir. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, é interessante quando temos oportunidade de fazer um debate como esse com a galeria preenchida por professores. Talvez seja neste final de ano a sessão mais interativa que tivemos com a participação efetiva dos professores. E é importante que possamos esclarecer o que está acontecendo neste momento.

Com relação ao interstício, não há nenhuma divergência. A questão do interstício foi votada em primeiro turno e seria votada em segundo turno neste momento sem nenhum tipo de divergência e debate. Até porque temos de parar de diferenciar professor concursado de professor contratado. É impressionante a discriminação que se tem com professor contratado! Quando se abre uma nova escola, quando um professor efetivo não pode continuar a sua atividade, o contratado é um artigo de luxo na escola. Mas depois, na convivência dentro da escola — já presenciei isso porque dou aula há 15 anos e sei bem como é essa convivência —, o professor contratado é tratado de forma diferenciada, muitas vezes dentro da escola. Neste momento, está sendo tratado de forma diferenciada pelo Governo em função desse interstício.

Então, o ponto que está sendo discutido neste momento é a questão da eleição de diretores. Foi por isso que, neste momento, alguns Parlamentares retiraram o *quorum*. Não foi pela questão do interstício. Eu, particularmente, quando vi a emenda num primeiro momento, quero dizer que estranhei a emenda, porque sou totalmente contrário a qualquer retrocesso em relação à questão da gestão democrática. Se a gestão compartilhada não é tão democrática quanto nós esperamos, que o próximo Governo encaminhe — certamente encaminhará — para esta Casa um processo mais democrático. Mas acabar com a gestão compartilhada ou acabar com a gestão democrática, isso eu não admito em hipótese alguma.

Na medida em que a proposta é estender até junho, da minha parte não há nenhuma dificuldade. Tanto é que assinei a emenda, Deputado Paulo Tadeu, assinei a emenda, mantive o *quorum* e estou aqui para colaborar com esse processo. Agora, o que não podemos admitir — e temos de acabar com essa diferenciação — é que existam professores que sejam prejudicados neste momento por serem contrato temporário. Tem de dar o direito. E confundir os dois assuntos, interstício com a extensão desse mandato dos diretores, talvez tenha dificultado essa sessão lamentavelmente, porque os professores sairão daqui com a impressão de que o objetivo inicial era a questão do interstício.

Eu quero aqui, já que o som da Câmara Legislativa pode ser ouvido em todos os gabinetes, em todas as instalações desta Casa, fazer um apelo aos Parlamentares desta Casa, inclusive àqueles que divergem da questão da emenda. Sabe por quê, Deputado Alírio Neto? Nós podemos aprovar a questão do interstício, fazer um destaque em relação à emenda, e aqueles que são contra a emenda, votam



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2010	16h45min	37 ^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	8

contra a emenda ou a favor da emenda. O que não podemos é, ao misturar os dois assuntos, deixar de votar a questão do interstício hoje, senão esses profissionais sairão daqui hoje sem nenhum tipo de garantia.

Faço daqui um apelo a todos os Parlamentares que estiverem na Casa. Aqueles que são contrários que façam destaque da emenda, porque aí se pode fazer a discussão de temas diferentes sem que se comprometa a questão central, que é a questão do interstício.

Era só isso o que eu gostaria de dizer. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, há *quorum* neste momento. O Deputado Alírio Neto esteve aqui buscando contribuir com o *quorum*. Há *quorum* neste momento, abro mão da minha fala. Vamos votar. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Alírio Neto.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria pedir a V.Exa. que fizesse um apelo a todos os Deputados para que abrissem mão da fala e iniciássemos a chamada de votação imediatamente. Vamos aproveitar o *quorum*, agradecer ao Deputado Aylton Gomes, ao Deputado Geraldo Naves, que estão aqui, e a todos os Deputados que ficaram.

Por gentileza, vamos direto para a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o parecer da Comissão de Educação e Saúde sobre a emenda de segundo turno; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2010	16h45min	37 ^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	9



DATA 07/12/2010

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM / /2010

PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO COM EMENDA(S) ANEXO

EMENDAS AP. N°S 01 EMENDAS REJ. N°S _____

CCJ CEOF CAS CDDHCEDP CAF CDC CES CSEG CDESCTMAT M.DIR. COM.ESP.

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA N°(S) _____

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N°(S) _____

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N°(S) _____

PROJETO DE RESOLUÇÃO N°(S) _____

RECURSO N° (S) _____

REQUERIMENTO N° (S) _____

OUTROS _____

VOTO EM SEPARADO FAVORÁVEL CONTRÁRIO

Autor: Deputado(a): _____ Executivo _____

Relator: Deputado(a): Benedito Domingos

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AGUINALDO DE JESUS	PRB				X	
	ALÍRIO NETO	PPS	X				
	AYLTON GOMES	PR	X				
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP				X	
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB				X	
	CABO PATRÍCIO	PT	X				
	CHICO LEITE	PT	X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB				X	
	DOUTOR CHARLES	PTB				X	
	ELIANA PEDROSA	DEM				X	
	ÉRIKA KOKAY	PT	X				
	GERALDO NAVES	DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ	PMN	X				
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO RORIZ	DEM				X	
	PAULO TADEU	PT	X				
	RAAD MASSHOU	DEM				X	
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB	X				
	REGUFFE	PDT	X				
	ROBERTO LUCENA	PR				X	
	ROGÉRIO ULYSSES	--	X				
	RÔNEY NEMER	PMDB				X	
	WILSON LIMA	PR	X				
	TOTAL		14			10	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. <u>Milton Barbosa</u>		CONSOLIDADO POR <u>13821</u>	ASSP/PL N° <u>1638110</u>
ASSINATURA <u>Saúl</u>		MAT. <u>243</u>	FOLHA N° <u>243</u>



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2010	16h45min	37 ^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	10

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos favoráveis e 10 ausências.

Está aprovado o parecer da Comissão de Educação e Saúde à emenda.

A Presidência designa o Deputado Milton Barbosa para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Milton Barbosa, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer sobre a Emenda Aditiva nº 1, de 2010, de segundo turno, ao Projeto de Lei nº 1.638, de 2010, de autoria do Poder Executivo, que “altera o inciso III do art. 9º da Lei nº 4.266, de 11 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, e dá outras providências”.

O parecer, Sr. Presidente, à Emenda Aditiva nº 1, de 2010, pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças é pela aprovação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permanecem como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Chico Leite para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Chico Leite, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça à Emenda Aditiva nº 01/2010 ao Projeto de Lei nº 1.638, de 2010, de autoria do Poder Executivo, que “altera o inciso III do art. 9º da Lei nº 4.266, de 11 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, e dá outras providências”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2010	16h45min	37 ^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	11

A emenda tem a estatura em número suficiente e, além disso, são competentes quanto à iniciativa aqueles que a propuseram. De maneira que, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, consideramos admissível.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Em discussão, em segundo turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.638, de 2010, de autoria do Poder Executivo, que “altera o inciso III do art. 9º da Lei nº 4.266, de 11 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 12 2010	16h45min	37 ^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	12

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 223, de 10/12/2010,
juntamente com a ata sucinta da 105^a Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Tendo em vista os projetos que se encontram na pauta para votação, defiro o Requerimento nº 2.167, de 2010, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz, para que se proceda à tramitação conjunta dos Projetos de Lei nºs 1.639 e 1.697, de 2010.

Não havendo *quorum* regimental, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h14min.)

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa*
nº 230-Suplemento, de 21/12/2010.